

Como Israel Escapa da Jurisdição do TPI

E se o Tribunal Penal Internacional (TPI), encarregado de processar os piores crimes do mundo, fosse impotente contra a evasão astuta de uma nação? Israel transformou o princípio da complementaridade do TPI em um escudo, obstruindo investigações independentes com inquéritos falsos. Este ensaio expõe como Israel explora essa lacuna jurídica, impõe um sistema duplo de justiça que favorece colonos violentos em detrimento dos palestinos oprimidos e se apoia em sanções dos EUA — paralisando juízes do TPI por meio do SWIFT, Mastercard/Visa e listas de proibição de voo. Os massacres de Hind Rajab e dos paramédicos de Rafah revelam a profundidade dessa estratégia, exigindo ação internacional urgente.

Exploração do Princípio da Complementaridade

O princípio da complementaridade do TPI, consagrado no Artigo 17 do Estatuto de Roma, permite intervenção apenas quando um Estado está “involuntário ou incapaz” de processar genuinamente crimes sob sua jurisdição. Israel explora cinicamente essa disposição conduzindo investigações internas superficiais que servem como fachada para frustrar a supervisão do TPI. O massacre de Hind Rajab em janeiro de 2024 e o massacre dos paramédicos de Rafah em 23 de março de 2025 exemplificam essa tática. No caso de Hind Rajab, as Forças de Defesa de Israel (IDF) inicialmente negaram envolvimento, alegando que não havia tropas perto do local onde uma menina de 6 anos e sua família foram mortos por disparos de tanque, e uma ambulância enviada para resgatá-los foi destruída, matando dois paramédicos. Somente após evidências em vídeo e investigações independentes da Forensic Architecture provarem que um tanque da IDF era responsável, a IDF admitiu “erros”, mas nenhuma acusação criminal foi feita — apenas uma revisão preliminar absolveu os soldados de qualquer infração. Da mesma forma, no massacre de Rafah, a IDF alegou falsamente que os veículos humanitários eram “suspeitos” e ligados ao Hamas, matando 15 trabalhadores humanitários, incluindo pessoal da PRCS e da ONU, em um ataque estilo execução. Imagens de vídeo posteriormente contradisseram essa narrativa, forçando a IDF a reconhecer erros, mas sua investigação de 20 de abril de 2025 concluiu apenas com descobertas de “má conduta profissional”, removendo um vice-comandante e disciplinando outro sem responsabilidade criminal.

Essas investigações não são nem independentes nem rigorosas, dependendo de testemunhos autodefensivos de soldados enquanto descartam evidências de vítimas e relatórios de direitos humanos. O padrão da IDF — iniciar 47 inquéritos após a Guerra de Gaza de 2008-2009 com menos de 1% de indiciamentos — sublinha sua falta de vontade de processar genuinamente. Israel também desafia a autoridade do TPI, contestando o status de Estado da Palestina, apesar de sua adesão ao Estatuto de Roma em 2015, uma posição rejeitada pela Câmara Preliminar I em 21 de novembro de 2024, quando confirmou a jurisdição e emitiu mandados de prisão para Netanyahu e Gallant. As recentes sanções dos EUA contra juízes do TPI, anunciadas em 5 de junho de 2025 pelo Secretário de Estado Marco Ru-

bio, agravam essa evasão. Visando os juízes Solomy Balungi Bossa, Luz del Carmen Ibáñez Carranza, Reine Adelaide Sophie Alapini Gansou e Beti Hohler, essas medidas bloqueiam ativos nos EUA e impõem proibições de viagem, provavelmente congelando suas contas bancárias via rede SWIFT e suspendendo serviços da Mastercard/Visa, como visto com o acesso interrompido do Procurador Khan. Esse apoio dos EUA, enraizado em reivindicações de soberania, atrasa os procedimentos do TPI, consolidando a evasão de Israel como um abuso deliberado da complementaridade para escapar da justiça por atrocidades documentadas.

Padrões Judiciais Divergentes: Palestinos vs. Colonos Violentos

O sistema judicial de Israel atua como um instrumento de opressão, impondo um regime jurídico duplo que viola o mandato da Quarta Convenção de Genebra para proteção igual em territórios ocupados. Palestinos, incluindo crianças de apenas 12 anos, estão sujeitos a um sistema de tribunais militarizados que pune infrações menores, como atirar pedras, com medidas draconianas. A Defense for Children Palestine relata que 500-700 crianças são detidas anualmente, enfrentando violência, confinamento solitário e confissões forçadas sem representação legal, conforme documentado no relatório da Human Rights Watch de 2015 sobre abusos das forças de segurança. Em 2022, 137 crianças foram detidas, com 2023 registrando um aumento mortal, incluindo assassinatos de menores por atiradores de elite, conforme a denúncia do The Guardian em 2024. Esses casos frequentemente resultam em prisão, violando a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Em contraste gritante, colonos israelenses violentos — mais de 700.000 na Cisjordânia — operam sob a lei civil, desfrutando de impunidade por apropriação de terras e ataques. O relatório da B'Tselem de 2021, “Um Regime de Supremacia Judaica”, detalha como colonos, armados e apoiados por postos avançados da IDF, tomam mais de 50% das terras da Cisjordânia por meio de incêndios criminosos, espancamentos e assassinatos. O ataque incendiário de Duma em 2015, que matou uma família palestina, resultou na condenação de um colono após anos de atrasos, enquanto outros escaparam da justiça. O relatório da Ad-dameer de 2023 confirma que os tribunais militares excluem os colonos, que se beneficiam de processos civis lenientes ou inexistentes, com o Supremo Tribunal de Justiça aprovando apreensões de terras como medidas de “segurança”. Essa disparidade consolida um sistema de dominação racial, uma clara violação da definição de apartheid do Estatuto de Roma.

Estudos de Caso: Massacres de Hind Rajab e dos Paramédicos de Rafah

Os massacres de Hind Rajab e dos paramédicos de Rafah são ilustrações contundentes das táticas de evasão de Israel. Em janeiro de 2024, Hind, uma menina de 6 anos, e sua família foram mortos por disparos de tanque da IDF na Cidade de Gaza, com uma tentativa de resgate por ambulância também sendo alvo, matando os paramédicos Yousef Zeino e Ahmed al-Madhoun. A IDF mentiu, alegando que não havia tropas presentes, até que a investigação da Forensic Architecture de 2024, apoiada por evidências em vídeo e áudio, provou o contrário, mostrando que o tanque disparou a 13-23 metros. Não houve acusações criminais — os soldados foram absolvidos sob o pretexto de “má conduta profissional”. Da mesma forma, o ataque de Rafah em 23 de março de 2025 viu 15 trabalhadores

humanitários, incluindo pessoal da PRCS e da ONU, executados em um ataque a ambulâncias e um veículo da ONU. A IDF alegou falsamente ligações com o Hamas, mas imagens de vídeo do telefone de um paramédico expuseram a mentira, mostrando veículos sob fogo com luzes acesas. A investigação de 20 de abril de 2025 encontrou apenas “falhas profissionais”, removendo um vice-comandante sem responsabilidade criminal, apesar de autópsias confirmarem mortes intencionais.

Esses casos destacam o padrão de Israel: mentir até que evidências inegáveis surjam, depois conduzir investigações falsas para absolver os perpetradores, explorando a complementaridade para bloquear a jurisdição do TPI. As sanções dos EUA contra juízes do TPI, interrompendo suas capacidades financeiras e de viagem, reforçam ainda mais essa impunidade, tornando o tribunal impotente para agir.

Fundamentação Jurídica e Implicações Internacionais

As ações de Israel violam a Convenção do Apartheid e o Estatuto de Roma, definindo apartheid como opressão sistemática de um grupo racial por outro. Relatórios da Human Rights Watch de 2021 e da Amnesty International de 2022 concluem que as políticas de Israel atendem a esse limiar, citando leis discriminatórias, restrições de movimento e assassinatos. O Relator Especial da ONU em 2022 afirmou o apartheid em territórios ocupados, uma descoberta que Israel rejeita como política. A incapacidade do TPI de anular essas investigações falsas — apesar dos mandados de 2024 — é agravada pelas sanções dos EUA. A rede SWIFT, sob jurisdição dos EUA, força bancos globais a congelar contas de juízes, enquanto a Mastercard/Visa suspende serviços de crédito, e a inclusão em listas de proibição de voo restringe viagens, como visto no caso de Khan. O TPI e a ONU condenam isso como um ataque à justiça, com a UE propondo um estatuto de bloqueio, mas a evasão de Israel persiste.

A evasão de Israel da jurisdição do TPI é uma estratégia calculada, abusando da complementaridade para manter um sistema jurídico de dois níveis que oprime os palestinos enquanto protege colonos e soldados. Os massacres de Hind Rajab e de Rafah, com suas mentiras expostas e absolvição de culpa, junto com as sanções dos EUA que paralisam os juízes do TPI, são evidências irrefutáveis desse regime. A comunidade internacional deve agir — exigindo investigações independentes, impondo contrassanções e aplicando mandados do TPI — para dismantlar essa estrutura semelhante ao apartheid e entregar justiça às vítimas.